

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM  
AGRAVO 1.018.459 PARANÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, DE MÁQUINAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, DE AUTOPEÇAS E DE COMPONENTES E PARTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES DA GRANDE CURITIBA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CAMILLA DE MOURA MACHADO TOLEDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GONTRAN ANTÃO DA SILVEIRA NETO</b>

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Conforme relatado, a Procuradoria-Geral da República requer a modulação dos efeitos da decisão que assentou a constitucionalidade da cobrança de contribuição assistencial de empregado não sindicalizado, assegurado o direito de oposição, para: i) evitar cobranças retroativas, ii) consignar que é inadmissível que ações de terceiros interfiram no livre exercício de oposição e iii) assentar a razoabilidade do valor a ser cobrado pelos sindicatos.

Entendo que todas as preocupações apresentadas pela PGR são pertinentes.

Explico.

*I) Impossibilidade de cobranças retroativas*

Cumpre ressaltar que, em 24.2.2017, o Plenário reconheceu a repercussão geral da matéria em discussão e reafirmou a jurisprudência do STF no sentido de que “*é inconstitucional a instituição, por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, de contribuições que se imponham*

**ARE 1018459 ED-ED / PR**

*compulsoriamente a empregados da categoria não sindicalizados”.*

Todavia, em 12.9.2023, após intensos debates e sucessivos pedidos de vista, o Tribunal Pleno acolheu os embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Veículos Automotores, de Autopeças e de Componentes e Partes para Veículos Automotores da Grande Curitiba, para retificar a tese de repercussão geral anteriormente fixada, que passou a contar com a seguinte redação: *“É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.*

Como visto, o Supremo Tribunal Federal, que havia reconhecido a inconstitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial dos empregados não filiados em 2017, alterou seu posicionamento, assentando a constitucionalidade da instituição da referida contribuição a todos os empregados, inclusive não sindicalizados, desde que fosse assegurado o direito de oposição, em julgamento realizado no ano de 2023.

Por força da decisão proferida pelo STF em 2017 é certo que as contribuições assistenciais deixaram de ser cobradas dos empregados não sindicalizados, o que voltou a ser implementado somente após 2023, com o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança.

Sendo assim, durante mais de 5 anos, os empregados não sindicalizados não recolheram a referida contribuição.

Imperioso destacar que o reconhecimento da constitucionalidade da contribuição não autoriza a cobrança retroativa dos empregados não sindicalizados durante o período em que reconhecida sua inconstitucionalidade por força de decisão do STF, posteriormente retificada, tendo em vista os princípios da segurança jurídica e confiança legítima.

Conforme bem salientado pela Procuradoria-Geral da República *“A fixação da tese anterior, em sede de Repercussão Geral, gerou legítima confiança*

**ARE 1018459 ED-ED / PR**

*da sociedade em sua aplicação. É dizer, os empregados da categoria não sindicalizados criaram expectativa legítima de que não seriam impelidos ao pagamento da contribuição assistencial”*. (eDOC 156, p. 8)

O tema da **segurança jurídica** é pedra angular do Estado de Direito sob a forma de proteção da confiança. É o que destaca Karl Larenz:

“O ordenamento jurídico protege a confiança suscitada pelo comportamento do outro e não tem mais remédio que protegê-la, porque poder confiar (...) é condição fundamental para uma pacífica vida coletiva e uma conduta de cooperação entre os homens e, portanto, da paz jurídica.” (Derecho Justo Fundamentos de Ética Jurídica. Madri. Civitas, 1985, p. 91).

O autor tedesco prossegue afirmando que o princípio da confiança tem um componente de ética jurídica, que se expressa no princípio da boa-fé:

“Dito princípio consagra que uma confiança despertada de um modo imputável deve ser mantida quando efetivamente se creu nela. A suscitação da confiança é imputável, quando o que a suscita sabia ou tinha que saber que o outro ia confiar. Nesta medida é idêntico ao princípio da confiança. (...) Segundo a opinião atual, [este princípio da boa-fe] se aplica nas relações jurídicas de direito público”. (Derecho Justo Fundamentos de Ética Jurídica. Madri. Civitas, 1985, p. 95-96).

Sendo assim, diante da mudança do entendimento do STF acerca da constitucionalidade da instituição de contribuição assistencial imposta a empregados da categoria não sindicalizados, é vedada a cobrança retroativa, de modo a evitar surpresa indevida aos trabalhadores que confiaram legitimamente que esses valores não seriam devidos durante o período em que prevaleceu o entendimento do STF acerca da sua inconstitucionalidade.

*II) Impossibilidade de terceiros interferirem no livre exercício do direito de oposição*

Esta Corte, ao reconhecer a constitucionalidade da instituição de contribuição assistencial de empregado não sindicalizado, assegurou o direito de oposição do trabalhador. A solução apresentada assegura a um só tempo a existência do Sistema Sindicalista e a liberdade de associação do empregado ao sindicato respectivo da categoria, conforme garantias previstas no *caput* do art. 8º da Constituição Federal.

Portanto, trata-se de mecanismo que visa a evitar o enfraquecimento da atuação sindical, ao mesmo tempo que salvaguarda a liberdade de associação do trabalhador.

No ponto, confira-se o seguinte trecho do voto proferido pelo Ministro Roberto Barroso:

“20. A fim de evitar os efeitos práticos indesejados resultantes do enfraquecimento da atuação sindical e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de associação do trabalhador, é possível garantir o direito de oposição como solução alternativa.

21. Trata-se de assegurar ao empregado o direito de se opor ao pagamento da contribuição assistencial. Convoca-se a assembleia com garantia de ampla informação a respeito da cobrança e, na ocasião, permite-se que o trabalhador se oponha àquele pagamento. Ele continuará se beneficiando do resultado da negociação, mas, nesse caso, a lógica é invertida: em regra admite-se a cobrança e, caso o trabalhador se oponha, ela deixa de ser cobrada.

22. Essa solução é prestigiada pelo Comitê de Liberdade Sindical da OIT, que, ao interpretar as Convenções 87 e 98, admite a possibilidade de desconto de contribuições dos

**ARE 1018459 ED-ED / PR**

trabalhadores não associados abrangidos por negociação coletiva, cuja imposição deve decorrer do instrumento coletivo e não da lei”.

Assim, após a devida convocação da assembleia para garantir a ampla divulgação sobre a cobrança, deve-se assegurar ao trabalhador o exercício do direito de oposição.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral da República, em seus embargos de declaração, manifesta preocupação quanto à possibilidade de interferências econômicas externas comprometerem o livre exercício do direito de oposição, o que poderia enfraquecer a utilização da via coletiva como instrumento de aprimoramento das condições de trabalho.

Considero a preocupação plenamente legítima.

Nas razões recursais, o *Parquet* destaca o risco de intervenção indevida por parte do empregador. Contudo, observo que não apenas o empregador pode restringir a liberdade de oposição. Casos relatados na mídia evidenciam que alguns sindicatos também têm imposto obstáculos à manifestação dos trabalhadores.

Em algumas situações as entidades sindicais exigem a apresentação presencial da oposição, mediante entrega de carta na sede do sindicato, por vezes com prazos bastante reduzidos. Em outras ocasiões, trabalhadores denunciam dificuldades para formalizar a oposição por meio de *sites* disponibilizados para esse fim, que frequentemente apresentam falhas ou ficam indisponíveis, ocasionando longas filas nas portas das entidades. Nesse sentido, confirmam-se, dentre inúmeras outras, as seguintes reportagens:

- <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/trabalhadores-fazem-fila-gigante-para-nao-pagar-contribuicao-sindical-em-sp/>
- <https://cbn.globo.com/sao-paulo/noticia/2025/01/14/trabalhadores-enfrentam-longas-filas-para-entregar-carta-de-oposicao-a-pagamento-de->

ARE 1018459 ED-ED / PR

[contribuicao-sindical.ghtml](https://www.agazeta.com.br/es/economia/sindicato-descumpre-decisao-judicial-e-multidao-protesta-contr-taxa-no-es-0525)

- <https://www.agazeta.com.br/es/economia/sindicato-descumpre-decisao-judicial-e-multidao-protesta-contr-taxa-no-es-0525>
- <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/noticias/trabalhadores-de-metalurgicas-de-sp-enfrentam-filas-mensais-no-sindicato-da-categoria-202411220946>
- <https://www.diariodesuzano.com.br/cidades/servidores-fazem-fila-na-porta-de-sindicato-para-nao-pagar-3-de/84144/>

Verifica-se, portanto, que a atuação de alguns sindicatos tem, de forma inequívoca, dificultado indevidamente o direito assegurado pelo STF aos trabalhadores não sindicalizados de apresentar oposição ao pagamento da contribuição assistencial.

Diante disso, é fundamental registrar expressamente que é indevida qualquer intervenção de terceiros, sejam empregadores ou sindicatos, com o objetivo de dificultar ou limitar o direito de livre oposição ao pagamento da contribuição assistencial.

É imprescindível, ainda, que os trabalhadores disponham de meios acessíveis e eficazes para formalizar sua oposição, assegurando-lhes o uso dos mesmos canais disponíveis para a sindicalização.

*III) Da razoabilidade dos valores a serem cobrados a título de contribuição assistencial*

Também merece acolhimento a alegação da embargante, no sentido de que deve constar de forma expressa que o valor da contribuição assistencial deve ser fixado em patamar razoável.

A fixação de valores razoáveis e compatíveis com a capacidade econômica da categoria resguarda não apenas os trabalhadores mas também a própria entidade sindical. Isso porque a adoção de parâmetros

**ARE 1018459 ED-ED / PR**

justos e razoáveis tende a reduzir o número de manifestações de oposição, promovendo maior adesão e coesão da base de trabalhadores em torno dos objetivos coletivos da entidade.

Assim, a definição do valor da contribuição assistencial deve ser construída de forma transparente e democrática, fundamentada nas reais necessidades sindicais e deliberada em assembleia, sempre buscando o equilíbrio entre o custeio das atividades e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

*IV) Dispositivo*

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos integrativos, para determinar que:

- i) fique vedada a cobrança retroativa da contribuição assistencial em relação ao período em que o Supremo Tribunal Federal mantinha o entendimento pela sua inconstitucionalidade;
- ii) seja assegurada a impossibilidade de interferência de terceiros no livre exercício do direito de oposição; e
- iii) o valor da contribuição assistencial observe critérios de razoabilidade e seja compatível com a capacidade econômica da categoria.

**É como voto.**